

Revista PSICOLOGIA, 2014, Vol. 28 (1), 83-95

Os fenómenos das inferências e transferências espontâneas de traço: O que são, de onde vieram, para onde vão?

Diana Orghian¹, Tânia Ramos¹, Teresa Lima Rato¹, Catarina Costa Nunes¹, Leonel Garcia-Marques¹

¹ Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa

Resumo: O fenómeno das Inferências Espontâneas de Traço (IETs) consiste na constatação de que, no seguimento da exposição a um comportamento implicativo de um traço de personalidade, se verifica uma inferência do traço acerca do respectivo autor, sem que haja intenção nem consciência por parte do observador (Winter & Uleman, 1984). Recentemente, o fenómeno de Transferências Espontâneas de Traço (TETs) veio revelar que os traços implicados pelas descrições comportamentais se podem vincular a outros sujeitos que não o seu autor, tais como um comunicador do comportamento. A descoberta do efeito de TETs veio incidir uma nova luz sobre a caracterização das IETs. Especificamente, enquanto que alguns autores definiram as IETs como um processo de natureza inferencial, por oposição às TETs, que se caracterizariam por processos associativos, outros sugeriram que a ambos os efeitos subjaz um mesmo mecanismo associativo. O presente artigo incidirá sobre a investigação na área das IETs e TETs, fazendo uma exposição crítica do debate entre as duas explicações oferecidas e propondo novas formas empíricas de o esclarecer.

Palavras-chave: Inferências Espontâneas de Traço; Transferências Espontâneas de Traço; Processo Atribucional; Processo Associativo.

The Spontaneous Trait Inference and Transference Phenomena: What are their meanings, where are they coming from, and where are they going to? Spontaneous Trait Inferences (STI), occur when, after being exposed to a trait implying behaviour, observers infer a trait about the actor of the behavior, without intention or awareness (Winter & Uleman, 1984). Recently, the phenomenon of Spontaneous Trait Transferences (STT), has shown that implied traits can also become attached to subjects other than the actor, such as the person who delivered the message. Detecting the STT effect shed a new light on the conception of STIs. Namely, while some authors defined STIs as an inferential process, that differed from the one underlying STTs, which would be associative, other authors suggested that both effects would be dependent on the same associative processes. This paper will focus on the research that has been conducted in the STI and the STT field, aiming to provide a critical exposition of the debate concerning the two offered explanations, and proposing new empirical directions for solving them.

Keywords: Spontaneous Trait Inferences; Spontaneous Trait Transferences; Attributional Process; Associative Process.

A realização de inferências é uma constante que acompanha o nosso entendimento do mundo. Esta nossa capacidade detém uma utilidade fascinante no que toca à forma eficaz com que nos permite extrair informação do meio ambiente. Conseguimos fazer algo que, apesar de aparentemente simples é, em termos teóricos, intrigante: temos a capacidade de “criar” novo conhecimento a partir de pouca informação, de inferir dados além dos que nos são directamente apresentados. Por exemplo, a apresentação de uma simples frase como “*O Manuel não deixou gorjeta para a empregada, pegou na bengala e saiu*” implica a inferência de um enorme conjunto de outras informações que não se encontram incluídas na frase, que podem ir desde da inferência do simples facto de o Manuel ter ido a um restaurante, passando por conhecimentos de normas sociais como a de que em restaurantes é habitual e simpático deixar-se gorjeta à pessoa que nos serve, até inferências acerca da própria personalidade do Manuel. Possivelmente, inferiremos também que a pessoa em causa é alguém idoso, tendo em conta a referência à palavra “*bengala*”. Assim, uma inferência ocorre quando combinamos o significado extraído da informação fornecida pelo meio com o conhecimento que temos guardado em memória, tornando a

Dados de contacto para correspondência: Diana Orghian, Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa. Alameda da Universidade 1649-013 LISBOA. E-mail: diana.orghian@gmail.com

nossa percepção mais completa e integrada (ex., Johnson, Bransford, & Solomon, 1973; Sharkey, 1986). Este processo confere coerência e eficácia à nossa compreensão do mundo físico e social. O presente artigo incidirá sobre a capacidade humana de inferir informação acerca dos outros, especificamente acerca da sua personalidade com base em comportamentos observáveis.

Voltando ao exemplo do Manuel, perante o seu comportamento de não deixar gorjeta à empregada poderíamos inferir traços acerca da sua personalidade, como por exemplo, que ele é uma pessoa “forreta”. A forma como inferimos os traços de personalidade de alguém com base no seu comportamento observável tem sido o foco da literatura de Inferências Espontâneas de Traço (IETs; para revisões ver Uleman, Newman, & Moskowitz, 1996; Uleman, Saribay, & Gonzalez, 2008). Esta literatura tem fornecido amplo suporte, não apenas de que as pessoas inferem traços de personalidade com base em comportamentos, mas que o fazem de forma *espontânea*, ou seja, sem que o processo inferencial tenha sido activado intencionalmente, e sem que as pessoas tenham qualquer consciência da sua ocorrência. Esta linha de investigação representa um domínio importante na cognição social, uma vez que vem revelar uma dimensão implícita do processo de formação de impressões.

Recentemente, um curioso fenómeno atraiu a atenção dos investigadores da área de inferências de personalidade, fenómeno que tem sido designado por Transferências Espontâneas de Traço (TETs; Carlston, Skowronski & Sparks, 1995). Vários estudos têm demonstrado que o traço de personalidade que é inferido a partir de um comportamento pode ser *transferido* para uma pessoa que o esteja simplesmente a comunicar. Ou seja, se a Rita numa conversa com terceiros mencionar que “O Manuel não deixou gorjeta para a empregada, pegou na bengala e saiu”, a própria Rita ficará associada ao traço “forreta”. Mais uma vez, este processo ocorre de forma largamente automática, sem que o observador social tenha qualquer consciência de que está a realizar inferências de personalidade acerca da Rita.

A ocorrência das TETs teve um grande impacto na literatura por duas principais razões. Primeiro, veio apoiar a noção de que aquilo que dizemos acerca de outros é informativo acerca de nós próprios (ex., Mae, Carlston, & Skowronski, 1999). Este seria um processo indirecto de formação de impressões, através do qual a impressão que causamos está ligada aos comportamentos que descrevemos. Segundo, e mais relevante para a presente exposição, a descoberta deste fenómeno acendeu a discussão acerca dos processos subjacentes às IETs e às TETs. A questão que se levantou foi saber em que medida os dois efeitos poderiam ser explicados através da intervenção dos mesmos processos cognitivos, ou, se pelo contrário, teriam uma natureza cognitiva distinta. Esta questão tem vindo a tornar-se um debate central nesta literatura, uma vez que o descortinar da natureza dos processos que os constituem informará sobre a própria relevância dos efeitos de IET e TET na compreensão do mundo social. É esta segunda questão que nos interessa focar no presente artigo. Especificamente, os objectivos do presente artigo são: (1) fazer uma breve revisão das literaturas de IETs e TETs de forma a contrastar as duas visões teóricas existentes – a visão dualista e a visão uniprocessual; e (2) propor novos procedimentos experimentais que contribuam para a resolução deste debate.

O artigo principiará por sintetizar os principais resultados da literatura de IETs. Seguidamente, será abordado o efeito de TETs e apresentados dados que sugerem que este seja um fenómeno associativo de carácter bastante automático. Posteriormente, será feita uma exposição crítica do debate existente entre as duas principais explicações teóricas alternativas. Finalmente, serão apresentados argumentos que explicam por que razão os dados existentes não são suficientes para esclarecer o debate entre teorias e serão propostas novas formas experimentais para explorar esta questão.

INFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS DE TRAÇO

A forma como extraímos informação acerca dos traços de personalidade de alguém a partir da consideração dos seus comportamentos observáveis foi desde cedo alvo da atenção dos teóricos em psicologia social. As inferências de traço eram, contudo, inicialmente consideradas pelos investigadores como um processo fundamentalmente deliberado e consciente (e.g., Heider, 1958; Jones & Davis, 1965; Kelley, 1967).

Em 1984, Winter e Uleman documentaram pela primeira vez a ocorrência de inferências de traço de forma espontânea, ou seja, sem que o perceptante manifestasse intenção e consciência de que as estivesse a realizar. A metodologia utilizada baseou-se no princípio da codificação específica proposto pelo grupo de Endel Tulving em investigação em memória (e.g., Tulving, 1974). Segundo este princípio, a forma como um evento é codificado e armazenado em memória determina o tipo de pistas de recuperação que serão eficazes para aceder a esse evento (Tulving & Thomson, 1973). Resultados ilustrativos deste princípio foram obtidos por Thomson e Tulving (1970). Neste estudo, apresentavam-se aos participantes palavras emparelhadas com associados fracos (ex., homem – mão). Mais tarde, eram fornecidas pistas para que os participantes recordassem a palavra alvo (ex., homem), que poderiam ser os anteriores associados (mão) ou associados fortes não apresentados (mulher). Verificou-se que os

associados anteriores, apesar de mais fracamente associados, levaram a uma melhor recordação do que os associados mais fortes (não havendo diferenças entre esta condição e uma condição sem pistas). Ou seja, a eficácia de uma pista de recordação depende dessa pista ter sido armazenada conjuntamente com o evento a recordar durante a codificação.

Foram estas as premissas em que se alicerçaram Winter e Uleman (1984). Sabendo que dois elementos simultaneamente activados são conjuntamente armazenados e constituem uma pista de recuperação um do outro (Tulving, 1972), caso tivesse sido inferido espontaneamente durante a codificação da frase, o traço deveria funcionar como uma pista eficaz para a sua recuperação. Adicionalmente, partindo da constatação de Thomson e Tulving (1970; ver também Tulving, 1983), de que a eficácia de fortes associados semânticos enquanto pista de recuperação era inferior à de itens que evocavam o contexto de codificação, a hipótese de Winter e Uleman (1984) era que, caso os traços fossem inferidos no momento da codificação, seriam pistas de recuperação mais eficazes do que fortes associados semânticos das frases.

Assim, no estudo de Winter e Uleman (1984, Experiência 1), os participantes começavam por ser instruídos no sentido de memorizarem um conjunto de 18 frases implicativas de traço (ex., *A pianista deixou a carteira no banco do metro*). Depois de uma tarefa distractora, os participantes tinham de recordar os comportamentos com três tipos de pistas diferentes: (1) os traços implicados pelo comportamento (ex., *“distráida”*), (2) associados semânticos do actor (ex. música), ou sem qualquer pista. Os resultados confirmaram as hipóteses. Mesmo na ausência de um pedido explícito de formação de impressão, as pistas-traço levaram a uma melhor recordação das frases do que as pistas-semânticas, que por sua vez originaram melhor recordação que os ensaios sem pista. Estas constatações indicavam que a inferência de traço ocorreria no momento da codificação e na ausência de um pedido explícito. Adicionalmente, quando questionados no final do estudo, os participantes aparentavam não estar cientes de que haviam realizado inferências de traço – chegando mesmo a expressar surpresa ou descrença, o que indicava que o processo ocorria na ausência de consciência.

De salientar a importância destas conclusões, que contrastavam com a então vigente ideia de que observações de comportamento não desencadeariam processos inferenciais na ausência de intenção para o fazer (ex., Srull & Wyer, 1979). Não admira, então, que o vanguardista estudo de Winter e Uleman (1984) não tardasse a ser replicado utilizando metodologias e manipulações experimentais distintas que permitiram aprofundar a natureza das IETs.

Assim, um ano depois, Winter, Uleman e Cunniff (1985) conduziram uma investigação onde expunham, uma vez mais, os sujeitos a frases implicativas de traço. Contudo, desta vez, as frases eram apresentadas como meros distractores incluídos numa suposta investigação sobre “memória de dígitos”. Perante esta metodologia, o facto de a leitura das frases desencadear um processamento inferencial representaria um ainda mais forte indício do seu carácter não-intencional, na medida em que, não sendo relevante para a tarefa em causa, não haveria uma razão lógica para que fosse elicitado. No entanto, e de forma consistente com a investigação anterior, Winter e colaboradores (1985) verificaram que, quando num teste de memória surpresa se pedia aos participantes para recordar as frases anteriores, as pistas-traço eram as que desencadeavam maiores níveis de recordação, o que veio a constituir evidência adicional acerca da natureza não intencional das IETs (estes resultados foram replicados por Lupfer, Clark, & Hutcherson, 1990).

As investigações anteriormente descritas apoiavam a ideia que as IETs ocorreriam no momento da codificação e que deteriam um carácter espontâneo. No entanto, os resultados obtidos assentaram num paradigma de recordação com pistas que foi alvo de críticas por parte de outros autores (e.g. Hamilton, 1981; Wyer & Srull, 1986; Bassili & Smith, 1986). Primeiro, importa referir que o delineamento intra-sujeitos utilizado por Winter e Uleman (1984) coloca um problema na interpretação dos resultados. Os participantes realizavam a recordação com pistas disposicionais, (i.e. o traço *“distráida”* era apresentado como pista) sempre antes da recordação sem pistas. Ora, uma vez que a tentativa de recordar as frases *sem* pista acontecia sempre *depois* da tentativa de recordar as frases com pista, o que foi sugerido como podendo ser uma explicação alternativa aos resultados encontrados foi um efeito inibitório, que provocaria uma maior recordação na condição com pistas-traço não devido à inferência espontânea de traços, mas devido a recordação inicial estar subsequentemente a inibir a capacidade de recordar novos comportamentos (“output interference”; ver D’Agostino & Beegle, 1996).

Um segundo problema inerente ao paradigma de recordação com pistas foi apontado por Hamilton (1981). Este autor sugeriu que se podia dar o caso de os participantes formarem impressões com o objectivo de aumentar a memorabilidade dos comportamentos (i.e., utilizarem como estratégia consciente a extracção do traço de personalidade para melhor memorizar o comportamento descrito na frase), o que poria em causa o carácter espontâneo do processo. Wyer e Srull (1986), por sua vez,

desafiariam não só o carácter espontâneo das IETs, como a sua ocorrência no momento da codificação. Wyer e Srull propuseram que os resultados se poderiam dever a uma estratégia de recuperação das frases adoptada pelos participantes no momento da recordação. Isto é, a exposição à pista-traço levaria o participante a gerar comportamentos típicos daquele traço, o que conduziria à activação do comportamento descrito pela frase anteriormente lida (e.g., perante a apresentação da pista “*distráida*”, comportamentos descritivos do traço podem ser gerados, como “esquecer as chaves em casa”, o que pode facilitar a recuperação do comportamento estudado). A par destas críticas alguns autores alertaram ainda para a necessidade de clarificar se os traços inferidos se referiam ao actor do comportamento ou se se tratavam de uma mera caracterização do comportamento (e.g. Bassili, 1989, 1993; Higgins & Bargh, 1987; Whitney, Davis, & Waring, 1994).

No seguimento destas críticas, outros autores como Bassili e Smith (1986) ou Claeys (1990), questionam o carácter automático deste tipo de inferências. Bassili e Smith (1986) procederam a uma comparação da magnitude do efeito obtido mediante o paradigma da recordação com pistas, consoante se forneciam instruções de formação de impressões e memória. Estes autores apuraram que o efeito é significativamente superior quando as instruções de formação de impressões são explícitas do que quando são implícitas (i.e., memória), o que não devia acontecer caso as inferências fossem totalmente automáticas.

Como forma de procurar responder a estas críticas, novos paradigmas foram desenvolvidos. No paradigma de reconhecimento da palavra-teste, por exemplo (*recognition probe paradigm*, Uleman et al., 1996; Uleman, Hon, Roman, & Moskowitz, 1996b), eram utilizados dois tipos de frases: frases implicativas de traço (ex., *Ela não emprestou o seu cobertor extra aos outros campistas*), e frases de controlo (ex., *Ela não tinha um cobertor extra para emprestar aos outros campistas*). Imediatamente a seguir a cada frase eram apresentadas palavras-teste que, nos ensaios experimentais, correspondiam aos traços implicados pelos comportamentos (ex., *egoísta*). A tarefa dos participantes consistia em indicar se essa palavra tinha estado presente na frase anterior. Se a partir da frase implicativa de traço, ocorrer uma inferência, o traço deverá ficar acessível em memória e, como consequência, os participantes deverão ter dificuldade em indicar correctamente que a palavra teste não estava na frase. De facto, verificou-se um maior número de erros e um tempo de resposta mais longo nos ensaios com frases implicativas de traços do que nos ensaios controlo (Uleman et al., 1996b). Estes resultados reforçaram a ideia de que as inferências de traços ocorrem durante a codificação do comportamento, sendo que a sua activação leva a uma lentificação da capacidade de resposta dos sujeitos (ver também McKoon & Ratcliff, 1986). Uma vez que neste paradigma a palavra-teste é apresentada imediatamente a seguir ao comportamento e os participantes têm de responder o mais rapidamente possível, a intervenção de processos conscientes de recuperação é improvável. Além disso, a utilização de processos conscientes de formação de impressões pode ser descartada neste paradigma, uma vez que a sua operação seria prejudicial para o desempenho. Repare-se que, neste caso, quanto mais os participantes inferirem explicitamente os traços, maior dificuldade terão em rejeitá-los correctamente.

Ainda no que se refere às críticas acima expostas, importava clarificar se o traço inferido era referente ao actor (ex., *A Rita é egoísta*) ou uma mera categorização do comportamento (ex., *Este comportamento é egoísta*). No estudo de Winter e Uleman (1984) verificou-se que as pistas traço eram mais eficazes na recuperação do predicado da frase do que na recordação do sujeito da mesma. Adicionalmente, verificou-se que as pistas semânticas associadas ao sujeito da frase eram mais eficazes na recuperação do actor do que as pista-traço (Uleman et al., 1986; Winter et al., 1985). Estes resultados colocavam em causa a extracção do traço enquanto propriedade do actor.

O estudo de Carlston e Skowronski (1994) vem responder precisamente a esta crítica, aprofundando o estudo do carácter disposicional das IETs mediante a proposta de um novo paradigma – o paradigma da re-aprendizagem. Este paradigma tem por base a ideia de que a informação que foi aprendida anteriormente, ou que já foi uma vez activada em memória, é mais fácil de aprender novamente, ocorrendo um efeito de re-aprendizagem (*savings effect*, Ebbinghaus's, 1885/1964). Neste paradigma, numa primeira fase pede-se aos participantes para se familiarizarem com pares de frases implicativas de traços e fotografias de diferentes actores; numa segunda fase apresenta-se novamente as fotografias, mas desta vez emparelhadas com os traços implicados nas frases anteriormente apresentadas. Nesta segunda fase, a tarefa dos participantes consiste em tentar memorizar os pares actor-traço. De notar que alguns desses pares são “pares de re-aprendizagem” (o traço apresentado é o traço implicado pelo comportamento anteriormente apresentado com a mesma fotografia), enquanto outros são pares completamente novos (tanto os traços como as fotos). Por fim, pede-se aos participantes para realizarem uma tarefa de recordação com pistas, na qual as fotografias da segunda fase são novamente apresentadas e os participantes têm que recordar o traço correspondente. Este paradigma parte do pressuposto de que se ocorrer espontaneamente uma inferência de traço a partir do

comportamento na primeira fase, e de este ficar associado ao actor, então deverá ser mais fácil na segunda fase aprender os pares actor-traço de *re-aprendizagem* do que os pares *novos*. Este padrão de resultados foi confirmado, e replicado, por Skowronki e colaboradores em vários estudos. A recordação dos traços é consistentemente melhor para os pares de re-aprendizagem do que para os pares novos (ver Carlston & Skowronski, 1994; 2005; Carlston, Skowronski, & Sparks, 1995; Crawford, Skowronski, & Stiff, 2007a; Crawford, Skowronski, Stiff, & Scherer, 2007b).

Resultados a favor da existência de uma associação específica entre o traço e o actor foram também obtidos por Todorov e Uleman (2002), através do desenvolvimento de um novo paradigma – paradigma dos falsos reconhecimentos. Este paradigma baseou-se no pressuposto de que as pessoas têm dificuldade em determinar a origem do conhecimento que possuem, o que leva a erros de monitorização da fonte (ex., Johnson & Lindsay, 1993). A aplicação deste princípio implica, numa fase inicial, a apresentação de uma frase implicativa de traço (ex., “*Ganhou um torneio de xadrez com mais de 50 participantes*”). Esta fase originaria, numa segunda fase de teste, uma dificuldade em determinar a fonte responsável pela familiaridade com a palavra-traço (ex., para este caso, a palavra *inteligente*). Esta dificuldade adviria do facto de, independentemente de estarem ou não presentes na frase, os traços serem inferidos no momento da codificação e processados em conjunto com a representação do actor e do comportamento (Tulving & Thomson, 1973). Os sujeitos teriam, assim, dificuldade em determinar se a palavra tinha constado efectivamente na frase, ou se havia apenas sido inferida a partir da mesma. Este processo levaria a que, quando questionados acerca da presença do traço no comportamento, ocorressem falsos reconhecimentos do traço.

No seu estudo, Todorov e Uleman (2002) apresentavam aos sujeitos, numa primeira fase de exposição, uma fotografia de um actor emparelhada com uma frase descritiva de um seu comportamento. Nos ensaios críticos as frases utilizadas eram implicativas de traços, mas não incluíam explicitamente o traço (ex., “*O João reutiliza os materiais sempre que possível*”: o traço “*ambientalista*” não se encontra presente, ou “*O Pedro ganhou um torneio de xadrez com mais de 50 participantes*”: o traço *inteligente* não se encontra presente). Numa segunda fase da experiência, de reconhecimento, os sujeitos eram confrontados com pares fotografia-traço, sendo-lhes pedido que indicassem se o traço apresentado constara na frase originalmente emparelhada com a fotografia. Os resultados demonstraram a existência de falsos reconhecimentos de traços nestes ensaios críticos. Verificou-se ainda que o número de falsos reconhecimentos foi muito superior quando os traços eram acompanhados pelas faces dos actores que lhes correspondiam (i.e., quando a *fotografia do João* era apresentada com o traço “*ambientalista*”), comparativamente com os obtidos em emparelhamentos onde o traço e a fotografia não eram correspondentes (isto é, quando a *fotografia do Pedro* era apresentada com o traço *ambientalista*). Essa comparação entre pares fotografia-traço correspondentes e não-correspondentes permite concluir que existe uma ligação específica do traço com o actor do comportamento.

De acordo com os estudos que recorrem aos paradigmas de re-aprendizagem e dos falsos reconhecimentos, a ligação entre o traço e o actor é estabelecida de forma não intencional, e surge em tarefas que não implicam uma intenção explícita de formar uma impressão, requerendo apenas um processamento atencional. Efectivamente, vários são os estudos citados anteriormente que demonstram a não intencionalidade deste processo de inferência, como é o caso do estudo de Winter e Uleman (1984), onde, após uma tarefa de memorização de frases implicativas de traço, os traços se revelam pistas eficazes para a recuperação do comportamento. É também o caso dos estudos em que os comportamentos são exibidos enquanto meros distractores (Lupfer et al., 1990; Uleman et al., 1992; Winter et al., 1985), ou dos que recorreram ao paradigma de reconhecimento da palavra-teste, onde as inferências são altamente contraproducentes e, mesmo assim, ocorrem (Uleman et al., 1996b). De notar que a característica da não intencionalidade é uma das características de um processo automático (ex., Bargh, 1994). A par da não intencionalidade, outra característica deste mecanismo inferencial foi detectada e vai ao encontro de uma padrão de funcionamento automático, trata-se da sua natureza inconsciente. Winter e Uleman (1984) reportaram que os sujeitos não demonstram qualquer consciência do processo inferencial, sendo que também não foi verificada uma correlação significativa entre a consciência que se tem do processo e a eficiência do traço como pista de recuperação (ver Lupfer et al., 1990; Moskowitz, 1993). Isto significa que este mecanismo seria desencadeado na ausência não apenas de intenção, mas também de consciência. Adicionalmente, refira-se que as inferências têm ainda elevados níveis de eficiência no que respeita os recursos cognitivos que requerem, havendo estudos que reportam que a sua ocorrência não é afectada por tarefas concorrentes (e.g., Winter et al., 1985; Lupfer et al. 1990; mas ver Uleman et al., 1992). Por exemplo, Todorov e Uleman (2003, Experiência 3), apresentaram aos participantes um número (de 6 dígitos) antes e depois da apresentação do par face-comportamento, sendo-lhes pedido no final de cada ensaio para indicarem se o número exibido coincidia com o que havia

sido apresentado no início do ensaio, obrigando assim à recapitulação do número percebido durante a codificação do material alvo. Os resultados revelaram que este tipo de carga cognitiva não afecta a ocorrência das inferências espontâneas de traço. Crawford e colaboradores (2007) demonstraram também que as IETs não são afectadas por uma tarefa concorrente de memorização de dígitos, aplicando, desta vez, o paradigma da re-aprendizagem. Tal indica que este fenómeno ocorre na ausência de intenção ou consciência, e é dotado de um elevado nível de eficiência. Por último, acresce-se que as IETs ocorrem mesmo que os participantes sejam alertados para a sua ocorrência e mesmo quando lhes é pedido uma supressão explícita das mesmas (Uleman, Blader, & Todorov, 2005). Assim, a possibilidade dos participantes controlarem a ocorrência de IETs parece ser reduzida. Em resumo, os dados existentes favorecem a ideia que as IETs apresentam um grau de automaticidade considerável.

Recentemente, contudo, surgiu um novo fenómeno na literatura dos efeitos inferenciais que veio influenciar a interpretação do próprio conceito de IETs. Trata-se de um aparente erro inferencial relacionado com o alvo a que é atribuído o traço inferido, que como veremos adiante, não é necessariamente o actor do comportamento (Carlston & Skowronski, 2005). Este fenómeno levou a uma reconsideração crítica da literatura da área, introduzindo a questão da clarificação dos processos subjacentes aos dois fenómenos.

TRANSFERÊNCIAS ESPONTÂNEAS DE TRAÇO

As Transferências Espontâneas de Traço (TETs; Carlston et al., 1995) ocorrem quando o traço implicado pelo comportamento é inferido e associado não ao actor, mas a qualquer outro elemento que também se encontre presente no contexto de codificação. Este efeito foi inicialmente verificado por Carlston et al. (1995), mediante o recurso ao paradigma da re-aprendizagem, e mais tarde extensivamente analisado por Skowronski, Carlston, Mae, e Crawford (1998). Estes estudos demonstraram que os traços inferidos ficam associados às faces de comunicadores que descrevem um comportamento acerca de um actor cuja imagem não está presente. Traduzindo para uma situação do dia-a-dia, imaginemos que durante uma pausa, a Maria, uma nova colega de trabalho, menciona o seu amigo João que ganhou um torneio de xadrez. O que o fenómeno de IETs nos diz é que perante uma situação destas o traço *inteligente* será inferido acerca do João (o actor), mas curiosamente o que as TETs no dizem é que também a Maria (comunicadora) será percebida como mais inteligente do que seria se não tivesse contado a história acerca do João. Esta ligação errónea dos traços implicados pelo comportamento a indivíduos que não o actor, parece persistir no tempo (Skowronski et al., 1998), mesmo quando os sujeitos são alertados para a ocorrência do fenómeno (Carlston & Skowronski, 2005, Experiência 3; Skowronski et al., 1998), e quando estão sob sobrecarga cognitiva (Crawford et al., 2007).

A robustez deste efeito, de carácter aparentemente arbitrário, no processo de formação de impressões, levou a o que os teóricos da área não tardassem a formular hipóteses explicativas da sua ocorrência. Os primeiros comentários que surgiram levantaram a hipótese de a transferência se dever ao facto de os participantes acreditarem que haveria uma relação entre o comunicador e o actor da acção descrita. Ou seja, caso estes fossem percebidos como tratando-se de amigos ou conhecidos, poderia ser retirada a plausível conclusão de que as duas pessoas pudessem partilhar características de personalidade (Brown & Bassili, 2002; Skowronski et al., 1998). Foi ainda sugerido que os participantes pudessem considerar que o facto de o comunicador ter optado por descrever determinado comportamento se deveria ao facto de a acção descrita ser importante para si, ou estar de acordo com os seus ideais. Ambas estas hipóteses legitimariam as transferências do traço do actor para o comunicador.

Estas hipóteses foram, contudo, descartadas no seguimento de um estudo em que o efeito de TET se verificou, apesar de não haver qualquer ligação lógica entre o comunicador e o comportamento. Neste estudo, os participantes eram informados de que a pessoa, e a descrição do comportamento, haviam sido emparelhados de forma aleatória (Skowronski et al., 1998; Experiência 4). Mesmo assim, verificou-se que os traços foram espontaneamente transferidos para os actores correspondentes. O efeito de transferência foi também observado num estudo que utilizou fotos de objectos inanimados em vez de fotos de pessoas (e.g., “banana” fica associada ao traço “supersticiosa”; Brown & Bassili, 2002), o que elimina claramente a plausibilidade de haver qualquer associação lógica entre o traço e a fotografia apresentada, uma vez que não é de todo habitual atribuímos traços de personalidade a objectos inanimados.

Uma outra possibilidade explicativa do efeito de TETs é a sua ocorrência ser consequência de o participante pensar que o comunicador era na verdade o actor do comportamento. De acordo com esta hipótese, o efeito dever-se-ia ao facto do participante confundir ensaios onde era apresentado o actor com ensaios onde aparecia o comunicador (Carlston & Skowronski, 2005). Este erro poderia ter origem em dois momentos distintos na codificação e dever-se ao facto de o participante estar pouco atento ao tipo de ensaios (actor versus comunicador); ou na recordação, devido a esquecimento (o que levaria o sujeito a pensar que o comunicador foi o actor do comportamento que descreve).

De modo a minimizar a eventual codificação errónea actor/comunicador, Carlston e Skowronski (2005) manipularam o género, de forma que o género da pessoa da foto (comunicador) era diferente do género da pessoa cujo comportamento era descrito. Os autores procederam, adicionalmente, a um alargamento do tempo de codificação (20 segundos), manipulação que visava também contrariar a hipótese da confusão de ensaios na codificação, pois concederia aos participantes mais tempo para o processamento do material. Os resultados demonstraram que nenhuma destas manipulações originou diferenças significativas associadas aos níveis de TET encontrados, o que permitiu refutar esta explicação alternativa. Além disso, de notar que o efeito de TETs se verificou igualmente em investigações que recorreram a uma manipulação inter-participantes (i.e., em que cada participante apenas é exposto a um tipo de ensaio, ou actor, ou comunicador; Carlston & Skowronski, 2005; Crawford et al., 2007b), o que mais uma vez contraria a hipótese da codificação errónea.

De forma a descartar a possibilidade das TETs se deverem a um esquecimento durante a recordação da natureza da pessoa apresentada na fotografia (actor ou comunicador), os autores apresentaram a medida dependente imediatamente a seguir a cada comportamento, em vez de apenas no final de todos os comportamentos (Carlston & Skowronski, 2005, Experiência 2). O efeito de TETs foi também replicado nestas condições, indicando que mesmo quando os participantes têm certeza que a pessoa da foto se trata de um comunicador, continua a ocorrer transferência de traços.

A refutação destas explicações alternativas veio apoiar a ideia de que a explicação mais adequada para o efeito das TETs é aquela que postula que mecanismos associativos estão na sua origem. Especificamente, a transferência do traço para o comunicador dever-se-ia ao estabelecimento de uma ligação associativa entre *traço* e *indivíduo* devido à sua activação simultânea.

PROCESSOS SUBJACENTES ÀS IETS E ÀS TETS

Não obstante o considerável volume de resultados, bem como a diversidade de metodologias que têm sido utilizadas, entender que processos estão implicados no desencadear dos efeitos de IETs e TETs, assim como explicitar os elementos que lhes são comuns e aqueles que divergem não se tem revelado tarefa fácil. Foi precisamente no contexto da explicação dos processos subjacentes às IETs e TETs que surgiram duas argumentações predominantes, que não tardaram a tornar-se concorrentes.

Uma primeira defende a existência de dois mecanismos cognitivos distintos (ex., Crawford et al., 2007a). Segundo esta visão, as TETs caracterizar-se-iam por um processo puramente associativo. A activação dos traços resultaria da categorização do comportamento, a que se seguiria uma associação do traço aos outros elementos do contexto. Este processo daria origem a ligações associativas simples, que derivariam da mera exposição simultânea aos diversos estímulos. Estas seriam, por defeito, ligações fracas entre constructos. Em contraste, as IETs basear-se-iam num processo inferencial interpessoal mais profundo, que levaria a que o traço ficasse vinculado ao actor. Estas ligações, comparativamente com as associativas, para além de mais fortes, seriam "rotuladas", permitindo a definição de um constructo como propriedade de um outro (neste caso, levariam à definição do traço como propriedade do actor; Carlston & Skowronski, 2005; Skowronski, Carlston, & Hartnett, 2008).

Em contraste com esta perspectiva, outros autores sugerem uma explicação uniprocessual (ex., Brown & Bassili, 2002). De acordo com esta abordagem, um mesmo processo associativo, decorrente da contiguidade espaço-temporal dos elementos percebidos e insensível à relevância dos componentes associados, é responsável pela ocorrência tanto das TETs como das IETs. Estamos, então, perante um debate com duas posições antagónicas, a primeira de carácter qualitativo (diferenças de magnitude de um mesmo processo), a segunda de natureza quantitativa (diferentes processos implicados). De modo a facilitar uma melhor compreensão da discussão em causa, descreveremos de seguida as diferenças empíricas até aqui encontradas entre os dois fenómenos.

Importa, primeiro, notar que os dois efeitos não surgem com a mesma magnitude, sendo que em todas as investigações se verificou que o efeito de IETs é mais forte que o efeito de TETs (Goren & Todorov, 2009; Mae et al., 1999; Skowronski et al., 1998). No entanto, este resultado pode ser justificado tanto em termos de diferenças quantitativas como qualitativas. Tal poder-se-á dever à existência de processos distintos, como é o caso do associativo e inferencial, mas pode, também, dever de um único processo associativo que nas IETs leva a criação de associações mais fortes. Portanto a única informação que pode ser extraída deste resultado é de que há de facto uma diferença entre os dois fenómenos, não sendo claro qual é exactamente esta diferença.

Um outro resultado refere-se ao efeito *halo*, i.e., à generalização do traço implicado para outro avaliativamente congruente (e.g., se se considera alguém *inteligente* é mais fácil considerar essa pessoa também *simpática* – um traço com valência positiva tal como *inteligente*), verificando-se uma mais consistente presença deste efeito nas IETs do que nas TETs (Carlston & Skowronski, 2005; Crawford et

al., 2007a; Crawford et al., 2007b; Skowronski et al., 1998; Wells, Skowronski, Crawford, Scherer, & Carlston, 2011). Segundo alguns autores (e.g., Carlston & Skowronski, 2005), o resultado está de acordo com a existência de um processo inferencial de natureza atribucional, que nos permite criar impressões de personalidade congruentes e generalizáveis. Mas, apesar de ter sido recebido como prova da existência de dois processos distintos, este resultado não constitui uma prova clara. Uma diferença em termos de magnitude associativa pode ser responsável por este resultado, uma vez que podemos pensar que determinados efeitos só se tornam visíveis a partir de um determinado nível de força associativa.

Outro efeito que tem sido visto como prova de uma explicação qualitativa é a sensibilidade à negatividade dos comportamentos, i.e., o traço é mais fortemente inferido a partir de comportamento negativos do que de comportamentos positivos (devido à alta diagnosticidade dos comportamentos negativos). Este efeito de negatividade é observado no caso das IETs, mas não das TETs (Carlston & Skowronski, 2005; Crawford et al., 2007a; Crawford et al., 2007b). De notar que a diagnosticidade é descrita como umas das características do processo atribucional (e irrelevante no caso de um processo associativo), daí ter sido apresentado como apoiando uma visão dualista. De considerar, no entanto, que este resultado é fraco e não tem manifestado consistência ao longo de todos os estudos (ver Wells et al., 2011).

De referir, no entanto, a existência de alguns dados que sugerem que há variáveis que afectam as IETs e não as TETs, como é o caso da instrução de detectar se a pessoa apresentada estará a mentir quanto ao comportamento descrito (isto em vez da instrução de memorizar a foto e a frase; Crawford et al., 2007a). Contudo, estes resultados estão sujeitos a críticas. A mesma instrução de “detecção de mentira” poderá activar processos bastante diferentes consoante o tipo de ensaio. No ensaios “actor”, o participante tem de identificar se a pessoa está a mentir quando descreve um comportamento acerca de si próprio (“Eu doeie dinheiro para caridade”), enquanto que nos ensaios “comunicador”, o participante tem de detectar se a pessoa está a mentir na descrição que faz acerca de uma terceira pessoa (“Ele doou dinheiro para caridade”). Ora, a intenção de mentir acerca do seu próprio comportamento poderá ter motivações muito distintas das motivações por detrás da mentira acerca do comportamento de um terceiro. As diferenças obtidas são, portanto, dificilmente interpretáveis, uma vez que poderão ser devidas ao facto da instrução funcionar como uma manipulação diferente consoante o tipo de ensaio, e não a diferenças processuais dos efeitos em si.

Finalmente, entre os resultados apresentados como mais fortes a favor duma perspectiva dualista estão aqueles que encontraram condições que conduzem à eliminação das TETs, mas em que as IETs se mantêm (Todorov & Uleman, 2004; Crawford et al., 2007; Crawford, Skowronski, Stiff, & Leonards, 2008; Goren & Todorov, 2009). Estes resultados foram obtidos mediante a aplicação de uma de duas metodologias. Alguns estudos aplicaram um paradigma de duas caras, isto é, procederam à apresentação simultânea não apenas do comunicador e da descrição do comportamento, mas também do próprio actor do comportamento. Nestas condições, verificou-se que as TETs são eliminadas, mas as IETs ocorrem. Este resultado foi interpretado como apoiando uma visão dualista, na medida em que caso o mesmo processo associativo estivesse subjacente a ambos os fenómenos, então, tanto o actor, como o comunicador, deviam estar igualmente associados ao traço. Uma vez que não foi esse o caso, poder-se-á concluir, de acordo com os autores, que as IETs se devem a um mecanismo atribucional selectivo, responsável pela ligação entre traço e o actor do comportamento, que bloquearia a associação entre o traço e a outra face. Todavia, também desta vez uma explicação alternativa não pode ser descurada, pois poder-se-ia tratar simplesmente de um fenómeno associativo em que a resposta a um estímulo desce na presença de um outro mais saliente (*overshadowing effect*; Rescorla & Wagner, 1972), significando isso que o traço estaria mais associado ao actor, que é neste caso, o estímulo mais saliente.

O segundo caso em que as TETs são eliminadas e as IETs se mantêm é perante a apresentação separada da fotografia e da frase descritiva do comportamento (i.e. primeiro aparecia a fotografia, sem referir se se tratava do actor ou não, depois um ecrã em branco e só a seguir apareceria a frase com o comportamento, onde era então referido se a foto tinha sido do actor ou não; Goren & Todorov, 2009, Experiência 3). Este tipo de manipulação, onde existe uma quebra espacial e temporal entre os dois tipos de estímulos, interfere mais com as TETs do que com as IETs. Este resultado parece transmitir que a apresentação separada da face e do comportamento interfere com o processo associativo das TETs, e não com o processo atribucional subjacente às IETs. No entanto, também neste caso, os resultados são compatíveis com uma explicação uniprocessual. Uma ligação associativa mais forte (subjacente às IETs) será menos dependente da saliência perceptiva dos elementos do que uma ligação associativa menos forte (subjacente às TETs).

Em resumo, os dados existentes não permitem clarificar a natureza dos processos subjacentes às IETs, nem resolver o debate entre explicações alternativas, sendo necessárias novas abordagens para alcançar uma resposta. Embora existam alguns dados que são tomados como indicadores da existência de

dois processos, eles não são conclusivos. Além disso, o facto de uma explicação uni-processual poder explicar os mesmos dados, com menos pressupostos, tem uma vantagem em termos de parcimónia.

COMO ESCLARECER O DEBATE? PROPOSTA DE NOVAS ABORDAGENS

Para o presente debate dois aspectos irão ser desenvolvidos. Um primeiro em que pretendemos analisar a viabilidade da *explicação associativa*, e um segundo aspecto, em que nos debruçaremos sobre a importância e necessidade de definir de forma clara, e objectiva, o *conceito de inferência* para uma mais eficiente e focalizada busca das diferenças entre os dois fenómenos em causa.

Teste da Explicação Meramente Associativa

Como acima mencionado, uma das formas de explicar as diferenças entre IETs e TETs está baseada na existência de um único processo – um processo associativo – e especificamente na sua actuação em magnitudes diferentes originando ligações associativas mais fortes nas IETs do que nas TETs (Orghian, 2012; Ramos, 2011). Mas importa ainda clarificar qual a origem dessas diferenças. O que aqui sugerimos é que esta diferença entre os dois fenómenos possa estar ligada a níveis diferentes de atenção implicados em cada um. É natural que as fotografias dos actores dos comportamentos sejam percebidas como mais relevantes do que fotografias de outra pessoa que não o actor (ex., o comunicador ou uma pessoa aleatoriamente emparelhada com o comportamento), e por isso adquiram uma maior saliência atencional. O facto de os ensaios-actor capturarem uma maior atenção levará a que o traço inferido fique mais fortemente associado às pessoas nestes ensaios. Em contraste, no caso da apresentação de uma pessoa que não o actor, a saliência dessa foto é menor devido à falta de relevância para a descrição com que é apresentada, criando uma desvantagem atencional que originaria uma ligação pessoa-traço mais fraca. Esta vantagem atencional traduzir-se-ia em ligações mais fortes nas IETs do que nas TETs.

De notar, ainda, que esta hipótese baseada na saliência dos estímulos parece ter bastante poder preditivo, sendo que um modelo computacional que funcione com base em princípios unicamente associativos, e que considere uma diferença de saliência inicial entre as representações das duas faces (em termos de activação dos seus nódulos responsáveis), prevê os mesmos resultados que têm sido encontrados na literatura e que acima foram relatados aquando da descrição das diferenças entre o efeito de IET e o de TET (detectar se o alvo está a mentir, maior magnitude do efeito de IET, apresentação simultânea da face relevante e da não relevante e o efeito de generalização dos traços; para mais, ver Orghian, Garcia-Marques, Uleman & Heinke, submetido). Desta forma prova-se que para explicar as diferenças entre as IETs e as TETs não é primordial recorrer a explicações dualistas, uma vez que um funcionamento uni-processual pode perfeitamente dar conta dos resultados.

Complementarmente, outro teste associativo pode ser aplicado às IETs e que especificamente pode explicar porque é que quando se apresenta o actor do comportamento ligações a outros estímulos do meio são impedidas (não ocorrência de TETs; Crawford et al., 2007b), um fenómeno intitulado *overshadowing* e descrito no modelo Rescorla-Wagner (Rescorla & Wagner, 1972). De notar que este resultado é frequentemente interpretado na literatura como prova de que processos inferências podem estar a actuar nas IETs e que terão um efeito de bloqueamento nas associações a outros estímulos. E o que aqui sugerimos, é que o mecanismo de competição entre pistas que é descrito no modelo Rescorla-Wagner, forneça uma explicação alternativa compatível com uma perspectiva associativa acima exposta. O modelo assume que 1) estímulos que são apresentados simultaneamente (neste caso as fotografias das duas pessoas) competem pela força associativa com um terceiro (neste caso o traço), estando a resolução dessa competição dependente da saliência dos estímulos, fenómenos denominado “overshadowing” e 2) se determinado estímulo A (neste caso o actor) foi previamente associado com X (traço), a associação de X a um segundo estímulo B será bloqueada, fenómeno chamado “blocking”. Estes dois fenómenos associativos em conjunto explicariam porque é que a ligação do traço é feita preferencialmente ao actor quando duas faces são apresentadas.

O que distingue uma “Inferência”?

O segundo aspecto que consideramos importante para o debate em causa é repensar e criar uma conceptualização mais robusta do próprio conceito de inferência. O repetidamente citado processo inferencial deve ser melhor descrito em termos cognitivos do que o está actualmente na literatura, urgindo desenvolver manipulações de variáveis que afectem esse processo individualmente e que o caracterizem de forma exclusiva (Orghian, 2012; Ramos, 2011).

A este propósito, propomos uma caracterização mais aprofundada do conceito de “inferência”, e estabelecemos três variáveis que caracterizam um processo inferencial e que permitem a sua

diferenciação de um fenómeno associativo. A exploração dos efeitos destas variáveis será crucial no debate sobre se existem ou não diferentes mecanismos subjacentes às IETs e às TETs.

Uma primeira variável é a sensibilidade à incoerência, e, quanto a isso, há um conjunto de literatura, da área de compreensão de texto, que descreve o papel que as inferências têm na resolução de incoerências locais (Kintsch, 1998). O estudo desta variável pode ser feito recorrendo à imposição do processamento de uma incoerência, expondo, por exemplo, os sujeitos a faces com expressões incongruentes com as descrições comportamentais apresentadas, o que afectaria, devido à detecção da incoerência, a ligação inferencial do traço à pessoa. Isso levaria a interferências no processo inferencial e, consequentemente, influenciaria o efeito de IET mas não o de TET, caso as suas naturezas fossem distintas. Por outro lado, se a manipulação de coerência não afectar nem as IETs nem as TETs, então, a hipótese associativa é apoiada.

Consideramos que outra característica diferenciadora de uma inferência, é a criação de expectativas. Ou seja, uma verdadeira inferência de traço acerca de um actor (ex., O João é simpático) deverá levar a expectativas relativamente ao comportamento futuro desse actor (ex., expectativa de que o João tende a comportar-se uma forma simpática). Por outro lado, se a pessoa e o traço tiverem sido ligados de forma meramente associativa, não se espera que o traço seja representado como uma característica da pessoa, nem que actue como uma expectativa (ver Ramos, 2011). Uma forma de testar esta ideia, é depois de uma fase inicial de criação de IET e de TET, apresentar nova informação comportamental acerca das pessoas anteriores. Se existirem expectativas, espera-se que comportamentos novos, inconsistentes com as expectativas, demorem mais tempo a serem lidos (devido à dificuldade de integração dessa informação com a expectativa existente) do que comportamentos consistentes.

Por último, uma variável muito pouco explorada neste campo diz respeito ao contexto. Na nossa perspectiva, as inferências, por serem mais integradas do ponto de vista dos conceitos cognitivos implicado a volta de um actor, seriam mais independentes do contexto, enquanto que as TETs por estarem muito dependentes do momento e do espaço onde a codificação ocorre devem ser muito mais sensíveis ao contexto e às variações que neste podem ocorrer. Um exemplo de um tipo possível de manipulação contextual refere-se a uso de imagens de fundo diferentes do momento de codificação (i.e., da apresentação da pessoa e da frase descritiva) e de recuperação do material (i.e., quando a foto da pessoa é apresentada juntamente com o traço inferido), mediante, por exemplo, o paradigma dos falsos reconhecimentos. Poder-se-ia esperar que esta mudança de contexto interferisse com a formação das TETs, na medida em que uma importante pista de recuperação se perderia, mas não com a das IETs, que teriam uma organização mais independente do contexto de codificação e mais dependente da estrutura referente a personalidade do actor.

Explorando estas variáveis, esperamos entender em que sentido é que as inferências se distinguem de simples associações tanto em termos processuais como em termos funcionais (o que de novo trazem ao nosso funcionamento e adaptação relativamente às associações). Também pretendemos definir, via estas variáveis, características claras e inequívocas que descrevam uma inferência.

CONCLUSÃO

No presente trabalho foi exposto o debate referente às explicações acerca dos processos subjacentes aos fenómenos de inferência espontânea de traços e transferência espontânea de traços - uma qualitativa e outra quantitativa. Discutimos várias evidências a favor das duas posições e a viabilidade das suas conclusões. Vimos também o papel que a atenção poderá ter nas diferenças encontradas e demonstramos de forma sistemática de que forma a explicação associativa surge como uma explicação plausível. Por último, sugerimos que as futuras direcções de investigação no campo com o objectivo de melhor esclarecer este debate, devem ter como prioridade a clarificação do conceito de inferência. Propomos três características definidoras de uma inferência: a susceptibilidade à coerência, a criação de expectativa e a insensibilidade ao contexto. Esta é uma nova proposta, que além de contribuir para a clarificação do debate acerca da natureza das IETs e TETs, irá estimular o desenvolvimento de novos procedimentos experimentais, essenciais para melhor perceber as condições de ocorrências das IETs e das TETs, assim como o seu impacto na percepção social.

Referências

- Bassili, J. N. (1993). Procedural efficiency and the spontaneity of trait inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 19, 199-201.
- Bassili, J. N., & Smith, M. C. (1986). On the spontaneity of trait attributions: Converging evidence for the role of cognitive strategy. *Journal of Personality and Social Psychology*, 50, 239-246.

- Bargh, J. A. (1994). The Four Horsemen of automaticity: Awareness, efficiency, intention, and control in social cognition. In R. S. Wyer, Jr., & T. K. Srull (Eds.), *Handbook of social cognition* (2nd ed., pp. 1-40). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Brown, R. D., & Bassili, J. N. (2002). Spontaneous trait associations and the case of the superstitious banana. *Journal of Experimental Social Psychology*, 38(1), 87-92.
- Bassili, J. N. (1989b). Traits as action categories versus traits as person attributes in social cognition. In Bassili (Ed.), *On-line cognition in person perception* (pp.61-89). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Carlston, D. E., & Skowronski, J. J. (1994). Savings in the relearning of trait information as evidence for spontaneous inference generation. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 840-856.
- Carlston, D. E., Skowronski, J. J. (2005). Linking versus thinking: Evidence for the different associative and attributional bases of spontaneous trait transference and spontaneous trait inference. *Journal of Personality and Social Psychology*, 89, 884-898.
- Carlston, D. E., Skowronski, J. J., & Sparks, C. (1995). Savings in relearning: II. On the formation of the behavior-based trait associations and inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 69, 420-436.
- Carvalho, J., & Ferreira, M. B., (2011). *A natureza disposicional das inferências espontâneas de traço: a influência dos estados mentais do actor no processo inferencial*. Unpublished manuscript, University of Lisbon, Lisbon.
- Claeys, W. (1990). On the spontaneity of behaviour categorization and its implications for personality measurement. *European Journal of Social Psychology*, 4, 173-186.
- Crawford, M.T., Skowronski, J.J., & Stiff, C. (2007a). Limiting the spread of spontaneous trait transference. *Journal of Experimental Social Psychology*, 43, 466-472.
- Crawford, M. T., Skowronski, J. J., Stiff, C., & Scherer, C. R. (2007b). Interfering with inferential, but not associative, processes underlying spontaneous trait inference. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 33(5), 677-690.
- Crawford, M.T., Skowronski, J.J., Stiff, C., & Leonards, U. (2008). Seeing but not thinking: Limiting the Spread of Spontaneous Trait Transference II. *Journal of Experimental Social Psychology*, 44, 840-847.
- D'Agostino, P. R., & Beegle, W. (1996). *A reevaluation of the evidence for spontaneous trait inferences*. *Journal of Experimental Social Psychology*, 32(2), 153-164.
- Ebbinghaus, H. (1885/1964). *Memory: A contribution to experimental psychology*. New York: Dover.
- Goren, A., & Todorov, A. (2009). Two Faces Are Better Than One: Eliminating False Trait Associations With Faces. *Social Cognition*, 27(2), 222-248.
- Hamilton, D. L. (1981). Stereotyping and intergroup behavior: Some thoughts on the cognitive approach. In D. L. Hamilton (Ed.), *Cognitive processes in stereotyping and intergroup behavior* (pp. 333-354). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Heider, F. (1958). *The psychology of interpersonal relations*. New York: Wiley.
- Higgins, E. T., & Bargh, J. A. (1987). Social cognition and social perception. *Annual Review of Psychology*, 38, 369-425.
- Johnson, M. K., Bransford, J. D., & Solomon, S. K. (1973). Memory for tacit implications of sentences. *Journal of Experimental Psychology*, 98(1), 203-205.
- Jones, E. E., & Davis, K. E. (1965). From acts to dispositions: The attribution process in person perception. In L. Berkowitz (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 2, pp. 219-266). New York: Academic Press.
- Kelley, H. H. (1967). Attribution theory in social psychology. In D. Levine (Ed.), *Nebraska Symposium on Motivation* (Vol. 15, pp. 192-238). Lincoln, NE: University of Nebraska Press.
- Keenan, J. M., Potts, G. R., Golding, J. M., & Jennings, T. M. (1990). Which elaborative inferences are drawn during reading? A question of methodologies. In D. A. Balotta, G. B. Flores dlArcais, & K. Rayner (Eds.), *Comprehension processes in reading* (pp.377-402). Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Kintsch, W. (1998). *Comprehension: A paradigm for cognition*. New York: Cambridge University Press
- Johnson, M. K., Hashtroudi, S., & Lindsay, D. S. (1993). Source monitoring. *Psychological Bulletin*, 114, 3-28.
- Lupfer, M. B., Clark, L. F., & Hutcherson, H. W. (1990). Impact of context on spontaneous trait and situational inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 58, 239-249.
- Mae, L., Carlston, D., & Skowronski, J. J. (1999). Spontaneous trait transference to familiar communications: Is a little knowledge a dangerous thing? *Journal of Personality and Social Psychology*, 77, 233-246.

- Malle, B. F., & Hodges, S. D. (Eds.). (2005). *Other minds: How humans bridge the divide between self and other*. New York: Guilford Press.
- McKoon, G., & Ratcliff, R. (1986). Inferences about predictable events. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory, and Cognition*, 12, 82-91.
- Moskowitz, G. B. (1993). Person organization with a memory set: are spontaneous trait inferences personality characterizations or behaviour labels? *European Journal of Personality*, 7, 195-208.
- Orghian, D., Garcia-Marques, L., Uleman, J. & Heinke, D. (2012). *A Connectionist Model of Spontaneous Trait Inference and Spontaneous Trait Transference: Do they have the same underlying processes?* Manuscrito submetido para publicação.
- Orghian, D. (2012). *Making inferences about people in variable social environments: Spontaneous Personality Trait Inference and Spontaneous Trait Transference*. Ph.D. Project. University of Lisbon: Portugal.
- Ramos, T. M., (2009). *The flexible view of spontaneous trait inference*. Ph.D. Thesis. Instituto Universitário de Lisboa: Portugal.
- Ramos, T.M., (2011). *How do we ascribe personality traits to others? Exploring the cognitive mechanisms underlying spontaneous trait effects*. FCT Posdoctoral Project (SFRH/BPD/64826/2009). University of Lisbon: Portugal.
- Read, S. J., & Lalwani, N. (1998). *A narrative model of trait inferences: The stories traits tell*. Unpublished manuscript, University of Southern California, Los Angeles, CA.
- Read, S. J., & Miller, L. C. (2005). Explanatory coherence and goal-based knowledge structures in making dispositional inferences. In B. Malle & S. Hodges (Eds.), *Other Minds: How humans bridge the divide between self and others* (pp.124- 142). New York: Guilford Press.
- Reeder, G. D. (2009). Mindreading: Judgments about intentionality and motives in dispositional inference. *Psychological Inquiry*, 20, 1-18.
- Reeder, G. D., Vonk, R., Ronk, M. J., Ham, J., & Lawrence, M. (2004). Dispositional attribution: Multiple inferences about motive-related traits. *Journal of Personality and Social Psychology*, 86(4), 530-544.
- Rescorla, R. A., & Wagner, A. R. (1972). A theory of Pavlovian conditioning: Variations in the effectiveness of reinforcement and nonreinforcement. In A. H. Black & W. F. Prokasy (Eds.), *Classical conditioning II: Current research and theory* (pp. 64-99). New York: Appleton-Century-Crofts.
- Sharkey, N. E. (1986). A model of knowledge-based expectations in text comprehension. In J.A. Galambos, R.P. Abelson, & J.B. Black (Eds.), *Knowledge structures* (pp. 49-70). Hillsdale, NJ: Erlbaum.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., Mae, L., & Crawford, M. T. (1998). Spontaneous trait transference: Communicators take on the qualities they describe in others. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 837-848.
- Skowronski, J. J., Carlston, D. E., & Hartnett, J. L. (2008). Spontaneous Impressions Derived From Observations of Behavior: What a Long, Strange Trip Its Been (and It's Not Over Yet). In N. Ambady & J. J. Skowronski (Eds.), *First impressions* (pp. 313-333). New York, NY: Guilford Press.
- Srull, T. K., & Wyer, R. S. (1979). The role of category accessibility in the interpretation of information about persons: Some determinants and implications. *Journal of Personality and Social Psychology*, 37, 1660-1672.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2002). Spontaneous trait inferences are bound to actors' faces: Evidence from a false recognition paradigm. *Journal of Personality and Social Psychology*, 83, 1051-1065.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2003). The efficiency of binding spontaneous trait inferences to actors' faces. *Journal of Experimental Social Psychology*, 39, 549-562.
- Todorov, A., & Uleman, J. S. (2004). The person reference process in spontaneous trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 87, 482-493.
- Thomson, D.M., & Tulving, E. (1970). Associative encoding and retrieval: Weak and strong cues. *Journal of Experimental Psychology*, 86, 255-261
- Tulving, E. (1972). Episodic and semantic memory. In E. Tulving & W. Donaldson (Eds.), *Organizations of memory* (pp. 381-403). New York: Academic Press.
- Tulving, E. (1974). Cue-dependent forgetting. *American Scientist*, 62, 74-82.
- Tulving, E. (1983). *Elements of episodic memory*. Oxford: Clarendon Press.
- Tulving, E., & Pearlstone, Z. (1966). Availability versus accessibility of information in memory for words. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 5, 381-391.
- Tulving, E., & Thomson, D. M. (1973). Encoding specificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review*, 80 (5), 352-373.
- Uleman, J. S. (1999). Spontaneous versus intentional inferences in impression formation. In S. Chaiken & Y. Trope (Eds.), *Dual-process theories in social psychology* (pp. 141-160). New York: Guilford.

- Uleman, J. S., Blader, S. L., & Todorov, A. (2005) Implicit Impressions. In R. R. Hassin, J. S. Uleman, & J. A. Bargh (Eds.), *The new unconscious* (pp. 362-392). New York: Oxford University Press.
- Uleman, J. S., Hon, A., Roman, R. J., & Moskowitz, G. B. (1996b). On-line evidence for spontaneous trait inferences at encoding. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 2, 377-394.
- Uleman, J. S., & Moskowitz, G. B. (1994). Unintended effects of goals on unintended inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66, 490-501.
- Uleman, J. S., Newman, L. S., & Moskowitz, G. B. (1996a). People as flexible interpreters: evidence and issues from spontaneous trait inferences. In M. P. Zanna (Ed.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 28, pp. 211-279). San Diego, CA: Academic Press, pp. 211-279.
- Uleman, J. S., Newman, L., & Winter, L. (1992). Can personality traits be inferred automatically? Spontaneous inferences require cognitive capacity at encoding. *Consciousness and Cognition*, 1, 77-90.
- Uleman, J. S., Saribay, S. A., & Gonzalez, C. (2008). Spontaneous inferences, implicit impressions, and implicit theories. *Annual Review of Psychology*, 59, 329-360.
- Uleman, J. S., Winborne, W. C., Winter, L., & Shechter, D. (1986). Personality differences in spontaneous trait inferences at encoding. *Journal of Personality and Social Psychology*, 51, 396-404.
- Wells, B. M., Skowronski, J. J., Crawford, M. T., Scherer, C. R., & Carlston, D. E. (2011). Inference making and linking both require thinking: Spontaneous trait inference and spontaneous trait transference both rely on working memory capacity. *Journal of Experimental Social Psychology*, 47, 1116-1126.
- Whitney, P., Davis, P. A., & Waring, D. A. (1994). Task effects on trait inference: Distinguishing categorization from characterization. *Social Cognition*, 12(1), 19- 35.
- Wigboldus, D. I. H. J., Dijksterhuis, A., & Van Knippenberg, A. (2003). When Stereotypes Get in the Way: Stereotypes Obstruct Stereotype-Inconsistent Trait Inferences. *Journal of Personality & Social Psychology*, 84(3), 470-484.
- Winter, L., & Uleman, J. S. (1984). When are social judgments made? Evidence for the spontaneousness of trait inferences. *Journal of Personality and Social Psychology*, 47, 237-252. (Ver também a correção em *Journal of Personality and Social Psychology*, 1986, 50, 355)
- Winter, L., Uleman, J. S., & Cunniff, C. (1985). How automatic are social judgments? *Journal of Personality and Social Psychology*, 49, 904-917.
- Wyer, R. S., & Srull, T. K. (1986). Human Cognition in its Social Context. *Psychological Review*, 93(3), 322-359.

Historial do artigo

Recebido 01/08/2012
 Aceite 22/01/2013
 Publicado 06/2014